

Criação da Área Acadêmica de Computação e Informática na Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

Daltro José Nunes

Instituto de Informática
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves 9500. Bloco IV. AGRONOMIA 91501970 –
Porto Alegre, RS - Brasil - Caixa-Postal: 15064
daltro@inf.ufrgs.br

Resumo. Este é um depoimento pessoal da criação da área acadêmica de computação e informática na UFRGS envolvendo:

- 1) A criação do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação
- 2) A criação do curso de Extensão em Engenharia de Sistemas de Computação
- 3) A criação do Instituto de Informática
- 4) A criação do curso de Engenharia de Computação.

Abstract. This is a personal testimony of the creation of the academic computing field at UFRGS involving:

- 1) The establishment of the Post-Graduation in Computer Science;
- 2) The establishment of the extension course in Computing Engineering;
- 3) The establishment of the Institute of Informatics
- 4) The establishment of the undergraduate in Computer Engineering.

Keywords: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ciência da Computação, Informática, história;

Panorama: (Final da década de 60, início da década de 70)

No final da década de 60 todo o sistema de informações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS era manual, exceto a Contabilidade que tinha, como ajuda, algumas máquinas Hollerit para emitir a folha de pagamento e serviços de contabilidade.

Em 1964, o governo militar, de vocação nacionalista, iniciou a aplicação da política de independência tecnológica, investindo em pesquisas tecnológicas. Para atingir os objetivos da independência tecnológica, o governo baixou o Decreto-Lei nº 719, de 31.07.69, que criava o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico-BNDE. O objetivo do fundo era investir em pesquisas tecnológicas nas universidades e centros de pesquisas para aquisição de *know-how*. Fazia parte desta política a “reserva de mercado para a informática”, ou seja, não era possível importar um computador se houvesse um equivalente nacional. Especificamente na área de Computação, o governo tinha especial interesse, uma vez que havia adquirido do governo inglês três fragatas controladas por computador e, evidentemente, por motivos de segurança, o país deveria dominar a tecnologia de computadores.

Chegou, em 1967, o primeiro computador de uso geral da universidade, o IBM 1130 com 8 Kb de memória e 1 Mb de disco removível. Um computador para toda a universidade. O Centro de Processamento de Dados-CPD, criado em 1968, é responsável pela administração do uso da máquina. O Sistema de Informações da Universidade começou a ser automatizado: vestibular, pessoal, contabilidade, matrícula, biblioteca etc. Alguns pesquisadores da Universidade começaram a usar o computador para cálculos complexos e iterativos usando a linguagem FORTRAN, única disponível. A Universidade surpreendia-se com os “tipos de trabalho” que o computador podia realizar e maravilhava-se com a velocidade de processamento da máquina; notícias nos jornais eram publicadas. A vocação da UFRGS era nitidamente voltada para as aplicações do uso do computador.

O quadro técnico do CPD foi, inicialmente, constituído essencialmente por estudantes-estagiários mas, logo que se formavam, passavam a ser contratados como analistas ou professores especialistas.

Em 1969, dois analistas do CPD foram enviados para a PUC/RIO para obter formação na área de computação, em nível de mestrado. Em 1971, foram enviados mais dois. Não se tinha conhecimento de cursos de graduação na área.

Também em 1971, três engenheiros eletricitistas e um físico recém formados, bolsistas de eletrônica do Instituto de Física da UFRGS, iniciaram um mestrado em Física, na área de instrumentação e sistemas digitais, usando, para tanto, computadores de laboratório, como HP2100 e PDP11. O Instituto de Física já possuía uma longa tradição na construção de interfaces para coletar dados de experiências físicas (*Mossbauer effect*).

Em 1972 foi criada a Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico de Dados - CAPRE com o objetivo de regular a política de importação de computadores e estimular o desenvolvimento de uma política de informática no País. A CAPRE incentivou o BNDE, através do FNDCT, a criar um fundo para desenvolvimento tecnológico da computação. Em 1972, o BNDE contactou universidades e centros de pesquisas e estimulou a submissão de projetos de pesquisas que viesse ao encontro dos objetivos do programa. A UFRGS foi uma das universidades contactadas.

Forças tarefas

Em 1972, foram criadas duas forças tarefas para elaboração de projetos de pesquisas a serem submetidos ao BNDE, no âmbito do FNDCT: uma delas no CPD, quando 4 professores já haviam retornado do mestrado, e, outra, no Instituto de Física.

O Projeto de pesquisa proposto pelo CPD ao BNDE, sob forte influencia da PUC/RIO, é composto por duas atividades: Sistema integrado para manipulação de arquivos e Coleção de sub-rotinas matemáticas. O Projeto de pesquisa proposto pelo Instituto de Física ao BNDE é composto por três atividades: Desenho, construção e operação de terminais remotos passivos; Desenho, construção e operação de terminais remotos inteligentes; Geração de linguagens interativas de teleprocessamento. A proposta deste último projeto se deu graças a um grupo liderado pelo Prof. Celso Müller que tinha muita experiência na aquisição de dados analógicos, convertendo-os para digital e processando-os nos computadores HP 2100 e PDP11.

Submetido os dois projetos de pesquisas ao BNDE, este resolveu solicitar à UFRGS sua unificação. Não se sabe ao certo se a sugestão de unificação partiu da própria UFRGS. Essa unificação não foi muito simples, pois era difícil estabelecer uma relação entre os projetos e os grupos não tinham afinidades, além de pertencerem a unidades universitárias diferentes.

Criação do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação

Paralelamente à elaboração e submissão dos projetos de pesquisa, sugeri a constituição de uma terceira força tarefa para criação de um curso de mestrado em Ciência da Computação, tendo, inicialmente, como modelo básico, a estrutura curricular do curso da PUC/Rio. A proposta de criação do curso de pós-graduação foi considerada de pouca prioridade, considerando a vocação da universidade para as aplicações do computador e a importância dos projetos de pesquisas, até então sem nenhuma relação com a proposta do curso. O projeto do curso de pós-graduação levava em consideração a existência de dois grupos pequenos de professores: um deles no CPD, voltado para o software, e outro, no Instituto de Física, voltado para o hardware, diferenciando, assim, do modelo PUC/Rio. Elaborado o projeto do curso, esse foi submetido, via CPD, no início do segundo semestre de 1972, à apreciação da V Câmara do COCEP (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade).

Em 15 de dezembro de 1972, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Ivo Wolf, o Conselho Universitário-CONSUN aprovou o projeto de criação do curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, após parecer favorável da V Câmara do COCEP. A proposta do curso foi original no País dado a integração das áreas de pesquisas em software e hardware. Fui designado Coordenador Pró-Tempore para instalar o curso.

Em julho/73, o BNDE aprovou o projeto de pesquisa e assinou o contrato FUNTEC-205 no valor de Cr 3.209.660,00 (ou equivalente à época a US\$ 527.037,76), denominado FUNTEC-205. Os grupos que elaboraram os projetos de pesquisas, entenderam que o melhor lugar para desenvolver os projetos seria

junto ao curso de pós-graduação em Ciência da Computação, recém criado, uma vez que, na universidade, as pesquisas eram tradicionalmente realizadas junto aos cursos de pós-graduação. No curso de pós-graduação poder-se-ia unir pesquisas e formação de recursos humanos. Tal proposta foi levada ao CPD e ao Instituto de Física. A proposta foi aceita e fui designado executor do convenio FUNTEC-205. Assim, as idéias do governo que nortearam a aprovação dos projetos de pesquisas foram aplicadas no curso de pós-graduação: formação de recursos humanos para o desenvolvimento tecnológico da computação (desenvolvimento de produtos, principalmente de hardware). Isso causou algum desconforto inicial, uma vez que os "teóricos da computação", que atuavam nas áreas teóricas da computação, linguagens formais, complexidade etc não recebiam apoio financeiro. Ainda na década de 70, foram assinados mais dois contratos, ai com a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, o 343-CT, no valor de Cr 5.5000.000,00 e o 247-IF no valor de Cr 3.000,000,00.

Com os recursos disponíveis, pode-se contratar funcionários para o curso de pós-graduação, pagar bolsas para inúmeros Assistentes de Pesquisas (alunos do curso que realizavam dissertações junto aos projetos), a maioria, ex alunos do curso de Engenharia Elétrica, pagar uma bolsa de produtividade aos professores do curso engajados nos projetos. Do Departamento de Engenharia Elétrica, o curso de pós-graduação recebeu o primeiro e o segundo andar da ala direita do Instituto de Eletrotécnica. A área, na realidade, foi duplicada, em consequência da construção de dois mezaninos. Uma outra área (área da caldeira) foi reformada e, no andar térreo foi instalada a biblioteca e no andar de cima, inicialmente, treze baias para professores e, posteriormente, alocadas para os alunos. Ainda em 1972, com a chegada do computador Burroughs B-6700, o CPD transferiu-se para o campus médico, cedendo todo o seu espaço físico, do térreo da Escola de Engenharia, para o curso de Pós-Graduação e para a Divisão Acadêmica do CPD (essa responsável pelo ensino de FORTRAN, e mais tarde ALGOL, para alguns cursos da universidade.). A Divisão Acadêmica era, o que é hoje, chamado de Departamento de Serviços.

A minha primeira tarefa como Coordenador foi divulgar a criação do curso para que candidatos interessados se inscrevessem. A infra-estrutura inicial era mínima, basicamente uma secretária. O CPD apoiou fortemente o curso, cedendo professores e espaço físico para sua administração. Deve ser lembrado que os cursos de Pós-Graduação à época eram independentes das unidades universitárias, se reportavam diretamente a Pró-Reitoria de pesquisa e pós-graduação. Portanto, tinham autonomia didática, científica e administrativa.

As aulas começaram em marco de 1973. No segundo semestre deste mesmo ano, fui eleito coordenador do Curso e a Comissão Coordenadora foi composta pelos professores, Paulo Alberto de Azeredo (CPD), Clesio Saraiva dos Santos (CPD), Celso Müller (I. Física) e Marcos Zwanziger (I. Física).

Os primeiros anos do curso foram difíceis, pois dois grupos de professores, um de hardware (do Instituto de Física) e outro de software (CPD), tinham interesses diversos sem possibilidades de interação. A idéia da separação passou várias vezes. Procurei manter o grupo unido com a realização de seminários de pesquisas para encontrar pontos de interação. Depois de uma edição interna de um seminário de pesquisa coordenado pelo Prof. Clesio, e outra, no ano seguinte, já envolvendo a PROCERGS, criei o Seminário sobre Desenvolvimento Integrado de Software e Hardware-SEMISH, a nível nacional, que, neste ano de 2010, chega à sua 37ª edição.

Os cursos de pós-graduação na UFRGS, à época, eram independentes, subordinados apenas à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Entretanto, os professores do curso de pós-graduação eram formalmente lotados em departamentos da universidade, no caso do curso de pós-graduação em Ciência da Computação, no CPD ou no Instituto de Física. Apesar dos professores (pesquisadores) terem vínculo funcional com os departamentos, sempre houve o entendimento de que a pós-graduação tinha prioridade e controle sobre os mesmos. Com a autonomia para a administração de seu corpo docente, professores do Instituto de Física foram transferidos para o CPD, para atuarem, exclusivamente, no curso de pós-graduação, concentrando assim todo o corpo docente do curso no CPD.

Na década de 70 muitos professores saíram para obtenção de doutorado. Diante do futuro promissor da área de microeletrônica, foram escolhidos quatro candidatos (Ricardo Reis, Sergio Bampi, Dante Barone e Paulo Engel) e enviados para o exterior em busca de formação em nível de doutorado nesta área, com a promessa de, no retorno, assinar contrato com a UFRGS. O curso de pós-graduação concedeu uma bolsa parcial. De fato, os quatro retornaram e deram um enorme impulso a área de microeletrônica. Mais tarde, foi criado o curso de Pós-Graduação em Microeletrônica (PGMicro)

Cabe destacar a figura do reitor da época, Prof. Homero Só Jobim, que, acreditando na proposta do curso para desenvolver uma nova área na UFRGS, mas com grandes promessas para o futuro da universidade,

autorizou, por minha indicação, a contratação de 15 novos professores, dois deles ainda no exterior terminando o doutorado.

Nesta época, a CAPRE já havia realizado o primeiro SECOMU - Seminário de Computação na Universidade - com o objetivo de reunir professores de todo o país e discutir a formação de recursos humanos para a área, o desenvolvimento de projetos de pesquisas orientados para o desenvolvimento tecnológico da computação e a formulação de uma política industrial para a informática. Abracei fortemente os princípios que norteavam essa política e procurei orientar o curso para essa política.

Na década de 70, o curso de pós-graduação teve um desenvolvimento surpreendente no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas, especialmente na área de hardware, em sintonia com a política nacional de informática (independência tecnológica). Neste período, foi aprovado o projeto da fábrica de computadores EDISA (Eletrônica Digital S/A), considerado pela CAPRE viável, em decorrência da existência de um grupo forte na universidade com capacidade de formação de recursos humanos, em nível de mestrado, e de realizar pesquisas avançadas, especialmente na área de hardware e software básico. Deve-se registrar que à época, o hardware era considerado peça mais importante até porque, comprava-se o hardware e o software vinha acompanhado. Uma das conseqüências para a Universidade da criação da EDISA foi a perda de professores. Em uma ocasião, o reitor, Prof. Jobin, chegou a telefonar para o Grupo Iochpe, detentor do controle acionário da Fábrica, solicitando a suspensão da contratação de professores, uma vez que o Grupo estava “matando a galinha dos ovos de ouro”. Foi repassado para a PARKS, mediante contrato, um protótipo de MODEM para produção industrial, onde o curso recebia 5% por cada unidade vendida. Ex-alunos do curso com vocação empreendedora criaram seus próprios negócios (Felizzola, Gerbase, Gilberto, Jaime, entre outros), entre outras, a Digicon a Digitel, Altus e STI.

Instituto de Informática

O Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, autônomo, foi o responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e formação de recursos humanos em computação na Universidade. O CPD tinha uma divisão, denominada Divisão Acadêmica, que, de fato, era um departamento mas, não de direito. Esta estrutura acadêmica incomodava o curso de pós-graduação. A Divisão Acadêmica era um órgão estranho à universidade e, normalmente, esquecida pela universidade, já que não era um departamento. Isso afetava a pós-graduação pois, na falta de chefe departamento e de colegiado, com decisões democráticas, a pós-graduação se sentia insegura. Nos Estados Unidos, departamentos começavam a ser criados juntando a área de Ciência da Computação e a de Engenharia Elétrica: Os “*Electrical Engineering and Computer Science Department*”. Baseado neste modelo, a chefe da Divisão Acadêmica, Profa. Liane Tarouco e eu sugerimos à Universidade, em 1975, a unificação da Divisão Acadêmica e o Departamento de Engenharia Elétrica. Esta idéia não foi adiante pois, não estava ainda suficiente madura, e necessitava alterações estatutárias decorrentes dela.

O curso de pós-graduação autônomo, com seu corpo de professores, área física, funcionários e biblioteca funcionava como uma unidade universitária, sem ser de direito. A Divisão Acadêmica do CPD era de fato um departamento mas, não de direito. A área acadêmica de computação estava as avessas na estrutura da universidade. A falta de uma unidade universitária incomodava a pós-graduação. Entendia-se que uma unidade universitária traria um maior desenvolvimento do ensino e da pesquisa em computação uma vez que ela estaria representada no Conselho Universitário, COCEP e Câmaras, além de ter dotação orçamentária própria. Entendia-se, também, que uma unidade universitária tinha maior autonomia e visibilidade interna e externa a universidade.

Durante a década de 70, a pós-graduação promoveu três assembleias, sob a presidência do diretor do CPD, Prof. Manoel Luiz Leão, para criar uma unidade universitária (possivelmente um Instituto). Prof. Leão manifestava-se, abertamente, contrário a divisão do CPD, o que aconteceria, de fato, se uma unidade universitária fosse criada. No ano de 1980, com o novo diretor do CPD, Prof. Edmundo, em uma nova assembleia, este manifestou que tinha para o CPD outras prioridades, congelando qualquer iniciativa e esperança de criação de uma unidade universitária, pelos próximos cinco anos. Esta foi minha última investida na criação de uma unidade universitária, uma vez que no início de 1981 me afastei para fazer o doutorado.

Em 1986, estava na direção do CPD o Prof. Clesio Saraiva dos Santos. Recém retornando do doutorado, cobrei ações na direção de criação do Instituto. Este nomeou uma Comissão composta pela Profa. Ingrid,

Prof. Tom, um representante do CPD, um representante estudantil e por mim. A Comissão relatou todos os problemas que estavam ocorrendo na área acadêmica de computação e concluiu que a criação de um Instituto de Informática, com dois departamentos, um teórico e outro aplicado, representava a solução. Entretanto, nenhuma ação maior decorreu depois da apresentação do relatório. Em 1987, fui candidato a chefia do “Departamento de Informática” (antiga Divisão Acadêmica) e meu plano de gestão incluía a criação do Instituto de Informática. Venci as eleições e o Prof. Clésio, Diretor do CPD, me procurou para realizar ações conjuntas na direção de criação do Instituto de Informática. Foi criada uma comissão que elaborou o projeto de criação do Instituto que, Prof. Clésio, deu entrada no protocolo da Universidade.

Em 1989, tem-se eleições para reitor na universidade e Prof. Clesio lança-se candidato. Prof. Gerhard Jacob é escolhido pelo Presidente da República Reitor. Gerhard era simpático a idéia de criação do Instituto de Informática. Em uma das primeiras reuniões do Conselho Universitário, Gerhard faz aprovar o processo de criação do Instituto de Informática. Foi criada uma comissão de instalação para projetar o Instituto. Varias consultas foram feitas à Comunidade e uma delas, dizia respeito a denominação do Instituto e departamentos. Venceu a corrente que defendia a denominação de Informática com dois departamentos: Informática Teórica e Informática Aplicada, tal como sugeria a Comissão de 1986. Esta estrutura foi aprovada pelo Conselho Universitário e Gerhard nomeou Navaux, diretor pró-tempore, para convocar eleições gerais e organizar a Secretaria. Em um período de transição, o Departamento de Informática continuou funcionando em paralelo com o Instituto. Extinto o Departamento, perdi o cargo, mas com missão cumprida. Dois candidatos para a Direção: Clesio e Navaux. Clésio foi o vencedor das eleições e empossado primeiro diretor do Instituto de Informática. Clesio e eu divergimos quanto ao papel dos departamentos. Clesio queria fortalecer o Instituto em detrimento dos departamentos e entendia que o departamento de Informática Teórica existia apenas para atender dispositivo legal. Eu já achava que deveríamos ter departamentos fortes, especialmente o teórico, pois entendia que sem teoria não havia ciência da computação.

Curso de Tecnólogo em Processamento de Dados

Em 1972 foi criado na UFRGS, por iniciativa e apoio financeiro do governo federal (CAPRE), o curso de Tecnólogo em Processamento de Dados, um curso de curta duração. O curso tinha um Coordenador e uma Comissão Diretora. Tal iniciativa foi realizada em outras universidades, também. O objetivo do curso era formar recursos humanos para o mercado de trabalho (em substituição a formação de recursos humanos que até então era feita pelas empresas produtoras de computadores, a IBM, principalmente). Mas o curso, voltado para o mercado de aplicações, não tinha uma fundamentação científica e o curso de Pós-Graduação sofria com isto, uma vez que as disciplinas do curso tinham, também, o objetivo de fornecer a fundamentação científica necessária. Em resumo, o curso de Pós-Graduação não era uma continuação natural do Curso de Tecnólogo (muito embora, muitos egressos desse curso tivessem se inscrito no curso de pós-graduação e foram aceitos). Assim que, em 1979, por iniciativa do curso de Pós-Graduação, com apoio do CPD, foi formada uma comissão, a mesma do Conselho Diretivo (Madga, Otacilio e Daltro) para “transformar” o curso de Tecnólogo em Bacharelado em Ciência da Computação. O currículo do curso manteve muitas das disciplinas do curso de Tecnólogo, importou muitas das disciplinas do curso de Pós-Graduação, além de absorver as disciplinas do Curso de Engenharia de Sistemas de Computação, um curso de extensão, no estilo de curso de graduação (ver histórico abaixo). No segundo semestre de 1980, Clésio e eu fomos recebidos pelo então empossado Reitor, Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, e entregamos o projeto de transformação do curso de Tecnólogo em Bacharelado em Ciência da Computação. A proposta foi mal recebida pela I Câmara do COCEP que, influenciada pelo representante do curso de Engenharia Elétrica, entendia que hardware deveria ser desenvolvido na Engenharia Elétrica, contrariando a proposta do curso que era, justamente, a de integrar software e hardware. Esta foi também minha última investida para criar o curso de Ciência da Computação, pois, em seguida, me afastei para fazer o doutorado. Em decorrência disso, para possibilitar a aprovação do processo de transformação do curso de Tecnólogo em Ciência da Computação, Clesio aceitou retirar do currículo do curso de Ciência da Computação toda a parte de hardware. Mas, essas negociações com a Câmara levaram três anos e somente em 1982 a transformação foi aprovada, sendo que a primeira turma do curso de Ciência da Computação entrou no curso em 1983, via vestibular. A partir daí, os professores do curso de Pós-Graduação passaram a ensinar, também, no curso de Ciência da Computação. Graduação e Pós-Graduação passaram a ter, a partir daí, um sincronismo

acadêmico. Somente mais tarde, a área de hardware foi integrada ao curso de Bacharelado, formando a ênfase em Sistemas Digitais. Todas as universidades federais que iniciaram com um curso de Tecnólogo já tinham transformado seus cursos em Bacharelado em Ciência da Computação. A UFRGS foi uma das últimas.

Em decorrência da criação do curso de Bacharelado em Ciência da Computação, o coordenador do curso passou a integrar a I Câmara do COCEP. Esta foi a primeira vez que um representante da área de computação passou a ter assento na estrutura superior da universidade.

Curso de Extensão em Engenharia de Sistemas de Computação

Em 1978 fazia-se sentir a falta de profissionais para atuar nas indústrias de hardware e software. A criação de um curso de graduação é um processo moroso e complicado mas, havia necessidade de criação de um curso com estrutura semelhante a de um curso de Graduação. A UFRGS e a EDISA assinaram Convenio para desenvolver um curso de Extensão em Engenharia de Sistemas de Computação, de dois anos, recrutando basicamente alunos no terceiro ano de Engenharia Elétrica. As disciplinas desse curso foram incorporadas a estrutura da universidade e eram semestrais, em tudo semelhante as disciplinas de graduação. A EDISA, dirigida pelo Economista, Flavio Sehn, se comprometia a pagar, via universidade, o salário de cinco professores para dar suporte ao curso. Outros cinco professores eram dos quadros da UFRGS. O sucesso do curso foi muito bom, muito procurado, principalmente pelos alunos de engenharia elétrica, pois viam nele disciplinas modernas envolvendo eletrônica digital e hardware. Muitos dos egressos vieram a dar continuidade de formação no curso de Pós-Graduação. Este curso funcionou até 1982 quando foi criado o curso de graduação em Ciência da Computação. A Universidade, após os dois anos de validade do convenio com a EDISA, resolveu manter contrato com os professores, agora com recursos da UFRGS.

Curso de Engenharia de Computação

Em 1993, fui eleito coordenador do curso de graduação em Ciência da Computação. A ênfase em Sistemas Digitais estava muito fraca e poucos alunos optavam por ela. Por outro lado, o quadro de professores da área Digital no Instituto de Informática era numeroso e a maioria atuava em pesquisas. Sem atividades de graduação, esses professores estavam com o futuro comprometido no Instituto. Dividiu-se o curso, então, em duas ênfases: Ciência da Computação e Engenharia de Computação com currículos semelhantes nos dois primeiros anos (parte básica) e diferenciados no restante do curso. Essa experiência também não foi bem sucedida porque os alunos majoritariamente preferiam a ênfase em Ciência da Computação e faziam campanha aberta para desestimular seus colegas a entrar na ênfase de “engenharia”. Chegou-se a pensar em fazer vestibular separado, um para cada ênfase mas, tal idéia foi descartada pelo pró-reitor de graduação, alegando tratar-se de um único curso, tinha que ter um único vestibular.

Diante do fracasso da ênfase em Engenharia de Computação, partiu-se para a criação de um curso independente. A proposta foi gestada e aprovada na Comissão de graduação do curso Ciência da Computação. Foi realizada uma reunião entre professores do Instituto de Informática e professores do Departamento de Engenharia Elétrica para obtenção de apoio. O projeto, como de costume, teve que ter a aprovação de todos os departamentos que contribuíam com disciplinas para o curso. Após, ele foi aprovado pelo Conselho do Instituto de Informática e encaminhado a I Câmara do COCEP para aprovação. Esta, por sua vez, resolveu consultar a Escola de Engenharia onde foi notado alguma resistência na criação do curso. Vencido esta etapa, o projeto foi aprovado pela I Câmara do COCEP e depois pelo próprio COCEP.

Daltro Jose Nunes é professor titular da UFRGS e foi até o ano de 2000:

- (1) Fundador do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação e coordenador no período de Dez/1972 a 31/Dez de 1980.
- (2) Chefe do Departamento de Informática no período de 1987 a 1990.
- (3) Coordenador do curso de Graduação em Ciência da Computação no período de 1993 a 1997.
- (4) Enquanto Coordenador do Curso de Graduação foi membro da I Câmara do COCEP e membro do COCEP.